

Políticas Públicas, Gênero e Trabalho.

Resultado de investigação finalizada.

GT11: Gênero, Desigualdade e Cidadania.

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
UFRPE/Brasil

Resumo

O artigo foi elaborado a partir de resultados da pesquisa “Relações de Gênero e Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Diagnóstico e avaliação na pesca artesanal do litoral de Pernambuco”. O texto aborda o discurso das pescadoras sobre os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) em seu cotidiano. Os dados sobre gênero, pesca e o Programa de transferência de renda foram coletados a partir de entrevistas com roteiro estruturado, realizadas em 11 comunidades de pescadoras artesanais situadas no litoral de Pernambuco, durante o ano de 2011. Os resultados nos permitem sistematizar informações relacionadas a gênero, trabalho e reprodução social no que se refere à acessibilidade ao recurso financeiro e a segurança do recebimento mensal de um benefício econômico.

Palavras Chave: Gênero, Desigualdade, Políticas Públicas, Programa Bolsa Família, Pescadoras.

O artigo sistematiza dados coletados com pescadoras sobre os impactos do Programa Bolsa Família na vida destas trabalhadoras da pesca artesanal no litoral de Pernambuco, situado no Nordeste do Brasil. O texto, também busca visibilizar o discurso por elas construído sobre a transferência de renda (PBF) a partir de suas narrativas. Ao mesmo tempo esta pesquisa dá continuidade a outras experiências de trabalhos acadêmicos resultante de vários projetos de pesquisa e extensão universitária, desenvolvidos no Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE atuante desde 2002¹.

O aporte teórico sobre gênero está fundamentado entre outros/as autores/as em (LEITÃO, 2010), (MANESCHY et al, 1995), (SORJ, 2010); representações sociais (MOSCOVICI, 2009), análise de discurso (FOUCAULT, 1987) e sobre o Programa Bolsa Família algumas leituras que subsidiaram os debates se concentraram nas seguintes obras: (SUÁREZ e LIBARDONI, 2007); (CUNHA, 2009); (VIEIRA, 2009); (PAES-SOUSA, 2009); (MAGALHÃES, 2009) entre outros.

Em todo o processo de pesquisa, o recorte de gênero esteve presente, considerando que as mulheres são priorizadas no Programa Bolsa Família na condição de sujeito social responsável legal e preferencial para o recebimento dos benefícios. Além disso, as mulheres pescadoras vivenciaram durante várias décadas, a precarização do trabalho e a exclusão de direitos sociais. Até o ano de 1979, as Colônias de Pescadores eram controladas pela Marinha de Guerra, e como esta instituição não aceitava mulheres em seu quadro de trabalhadores, as pescadoras não podiam ser atores sociais na instituição que representavam os trabalhadores da cadeia produtiva da pesca. A partir de 1978, as pescadoras solteiras² puderam ter acesso a solicitação deste direito e em 1979, algumas mulheres obtiveram seu reconhecimento profissional. Importante ressaltar que até hoje, pescadoras e pescadores

¹ <http://gpdeso.com/>

² Na Constituição 1988 as pescadoras tiveram acesso ao Registro Geral da Pesca e conseqüentemente aos direitos sociais.

dependem que o/a presidente da colônia e mais duas testemunhas atestem que são profissionais da pesca.

As atividades da pesquisa foram iniciadas com o debate sobre a elaboração do instrumento de investigação coletivamente construído e a coleta no Banco de Teses da Capes, sobre teses e dissertações relacionadas ao Programa Bolsa Família.

Na coleta de dados no Banco de Teses/Dissertações da CAPES, foram encontradas 09 teses e 99 dissertações. Foram encontrados os dados quantitativos nas seguintes áreas: 14 trabalhos nas Ciências Sociais; 27 no Serviço Social; 45 nas Ciências Sociais Aplicadas; 11 na Saúde; 2 em Demografia e 9 em outras áreas. As dissertações e teses foram elaboradas em Instituições de Ensino Superior, contando 79 nas Públicas e 29 nas privadas. No que se refere à produção bibliográfica na Pós-Graduação por Região tem-se: 3 na Região Norte; 28 na Região Nordeste; 47 na Região Nordeste; 21 na Região Sul e 9 na Região Centro-Oeste. Quanto a abrangência territorial das pesquisas 43 abordam o Programa numa dimensão nacional, os outros estudos 65 realizam estudos de casos, deste segundo grupo 04 sobre Pernambuco e metade, 02, sobre Recife. (LEITÃO e GOMES, 2011).

As etapas seguintes, abaixo citadas, foram consideradas imprescindíveis no processo de execução do projeto, entre elas: nivelamento do conhecimento sobre o Programa Bolsa Família, que foi priorizado para que toda a equipe³ se apropriasse da temática necessária à realização de todas as fases do projeto de pesquisa que envolveu a elaboração/aplicação do instrumento de pesquisa e sistematização dos dados. As reuniões aconteceram de forma periódica, cuja produção resultou na formação de um “Caderno de Discussões” onde os textos trabalhados no grupo de estudo envolveram as seguintes temáticas: transferência de renda, condicionalidades, combate a pobreza, desigualdade, inclusão social, cidadania, educação, trabalho Infantil, políticas de desenvolvimento social, educação, trabalho infantil, gênero e empoderamento.

As reuniões periódicas do grupo de estudo, possibilitou nos debruçarmos sobre publicações que esclarecessem objetivos, condicionalidades, modos de execução do Programa Bolsa Família e também a posição crítica dos/as autores/as, reflexões sobre a efetividade do programa de transferência de renda e os impactos no cotidiano das beneficiárias.

A pesquisa é fundamentalmente qualitativa, por objetivarmos conhecer o discurso das pescadoras sobre o Programa Bolsa Família, em suas especificidades e particularidades. O roteiro estruturado das entrevistas foi elaborado a partir de uma chuva de ideias com a participação de todos/as que fazem parte do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE. Foram sistematizadas 88 entrevistas respondidas por pescadoras que recebem benefícios do Programa Bolsa Família. Entrevistas realizadas em 11 localidades de 10 municípios do litoral de Pernambuco. As comunidades são: 1) Brasília Teimosa, 2) Olinda, 3) Pau Amarelo, 4) Carne de Vaca, 5) Tejucupapo, 6) Itamaracá, 7) Igarauçu, 8) São José da Coroa Grande, 9) Serrambi, 10) Jaboatão dos Guararapes, 11) Abreu e Lima.

O conjunto das respostas nos possibilitará escrever diversos artigos sobre os temas abordados nas entrevistas realizadas com pescadoras residentes no litoral pernambucano.

Consideramos necessário abordar nas entrevistas os seis primeiros Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com perguntas sobre as temáticas: renda, educação saúde, empoderamento, alimentação, lazer e trabalho. Esta inserção temática foi feita por considerarmos que estão inclusos na proposta de atuação do Programa Bolsa Família.

A realização das entrevistas nas 11 comunidades acima citadas foi efetuada pela equipe de colaboradores/as que atuam no Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE. A

³Participaram do Debate: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Anderson Oliveira de Lima, Claudia Maria de Lima, Clodoaldo de Souza Cavalcante Neto, Dimas Brasileiro Veras, Fernando Antônio Barros Duarte Barros Jr, Francisco Assis de Andrade Costa, Juliana Gomes de Moraes, Pedro Henrique Dias Inácio, Pedro Langsch, Phelippo de Oliveira Cordeiro Vanderlei, Iêda Litwak, Ivan Pereira Leitão, Maria Solange da Silva, Júlia Xavier Souto.

equipe nestas visitas as Colônias de Pescadores/as contou com a participação de líderes do movimento social Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco⁴, elas indicaram e contribuíram no agendamento com as comunidades a serem visitadas.

2.1. Renda e Cidadania

As afirmações “agora tenho um dinheiro certo todo mês”; “antes nem pegava em dinheiro...”, “melhorou muita coisa...”, são algumas das respostas à pergunta sobre “qual a principal diferença encontrada na vida da pescadora antes e depois de receber o benefício do Programa Bolsa Família?”.

Sobre o Programa Bolsa Família (CUNHA, 2009, p. 324) chama a atenção para o debate internacional relacionado à redução da miséria e da fome, discussão que identifica como parâmetros fundamentais no processo de erradicação da pobreza e da redução da desigualdade as políticas sociais de transferência de renda.

(PAES-SOUSA, 2009, p.389) atribui ao Programa Bolsa Família a importância semelhante a outras três políticas sociais, implantadas na segunda metade do século XX: a extensão do direito previdenciário aos trabalhadores rurais não contribuintes, nos anos 60; a implantação do Sistema Único de Saúde, a partir de 1988; e a ampliação da cobertura do ensino básico, nos anos 90.

Magalhães destaca a necessidade de planejamento de ações de proteção social; da inserção das famílias em diversos serviços; do estabelecimento do perfil e grau de vulnerabilidade social das famílias; do subsídio a análise de casos complexos, como os de alta vulnerabilidade. (MAGALHÃES, 2009, p.418)

Nas entrevistas respondidas pelas pescadoras artesanais de Pernambuco, se evidencia a carência econômica e a condição de vulnerabilidade social em que vivem, tendo em vista os padrões de rentabilidade do trabalho da pesca artesanal, onde, segundo seus relatos, atingem uma média de R\$ 150,00⁵ por mês, com rendas obtidas da venda dos produtos na maré.

Neste contexto, a presença do benefício advindo do Programa Bolsa Família na composição do orçamento familiar, com acréscimos de recursos econômicos da transferência de renda variável entre R\$ 32,00 e R\$ 198,00⁶, consiste numa importante fonte de ingresso econômico para a manutenção da família.

É importante destacar que existe mercado para os mariscos e crustáceos durante todo o ano nos bares, restaurantes e supermercados em todo litoral pernambucano, mas a venda não é realizada diretamente pelas pescadoras⁷, o que dificulta a geração de renda suficiente para o sustento de uma

⁴ A equipe do grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE desenvolve com a Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco o projeto **Gênero, Raça e Pesca: Produção e Articulação das Pescadoras de Pernambuco/MDA/FADURPE/UFRPE**. Dito projeto realizou 21 Oficinas Itinerantes para as mulheres nas Colônias de Pescadores do estado e uma I Feira de Economia Solidária da Pesca Artesanal em Pernambuco. As pescadoras da Articulação que nos acompanharam na coleta de dados são: Cicera Estevão Batista (COLÔNIA Z-07 em Rio Formoso), Enilde Lima Oliveira (COLÔNIA Z- 09 em São José da Coroa Grande), Josefa Ferreira da Silva (AMUPESPA no Cabo de Santo Agostinho), Lindomar Rodrigues de Barros (COLÔNIA Z- 09 em São José da Coroa Grande), Maria Aparecida Santana (COLÔNIA Z- 25 em Jaboatão dos Guararapes), Maria das Neves dos Santos (COLÔNIA Z- 18 em Lagoa do Carro), Joana Mousinho (COLÔNIA Z- 10 em Itapissuma), Natércia Mignac da Silva (COLÔNIA Z-1 em Brasília Teimosa), Vera Lúcia Maria da Conceição (COLÔNIA Z – 14 em Goiana).

⁵Importante considerar que muitas vendem a atravessadores ou trocam por outros produtos necessários ao beneficiamento, por exemplo, sal e carvão. Também é importante mencionar que o produto mesmo produto (siri, caranguejo, aratu) obtêm preços mais competitivos no litoral sul, considerando que no litoral Norte e Região Metropolitana do Município de Recife seus preços são achatados pela presença de maior poluição ambiental.

⁶ Valores referentes ao ano de 2011.

⁷Para ter uma ideia concreta da defasagem entre preços de mercado e os por elas praticados, em situação de distanciamento entre a pescadora e o consumidor final, vamos relatar uma situação vivida pela equipe de trabalho em abril de 2009, quando

família, com a coleta, beneficiamento e comercialização destes produtos da pesca artesanal. No verão, a presença de turistas nas praias permite um aumento dos ganhos na venda direta ao consumidor, no inverno o produto diminui por causa das chuvas⁸ e as pescadoras estão mais dependentes da figura do “atravessador”.

As narrativas das pescadoras são repletas de informações sobre as mudanças antes e depois do recebimento do benefício, sempre relacionado à obtenção de uma renda fixa e segura. Segundo elas antes de receberem os recursos do Programa Bolsa Família, qualquer fenômeno que limitasse os turistas e conseqüentemente o consumo dos pescados, impactava diretamente na manutenção familiar e na geração de renda das pescadoras artesanais.

Tomando por base estes relatos, consideramos que um dos maiores problemas citados pelas pescadoras, e requisitado como ação para a implementação de políticas públicas para as mulheres trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca, situa-se a manutenção dos estoques pesqueiros e a possibilidade de garantia de renda num fluxo mais constante, sem tanta variação sazonal, o que depende da conservação ambiental, da reprodução das espécies e de um comércio justo.

2.2. Relações de gênero

No que se refere às relações de gênero, foram realizadas duas perguntas, uma sobre o recebimento do benefício proveniente do Programa Bolsa Família ser pago diretamente as mulheres e, a segunda questionava se o benefício entregue as mulheres provocou alguma mudança de convivência familiar, algum conflito e, se havia ocorrido mudanças nas relações familiares com o acesso a esta transferência de renda.

Apesar de serem praticamente unânimes em responder que não existem conflitos relacionados à titularidade do benefício, algumas respostas são bem expressivas sobre as vantagens que elas enumeram ao serem sujeitos neste processo, entre as respostas se destacam: “os homens não sabem das necessidades da mulher”; “porque a mulher sabe administrar melhor que o homem”; “o homem gasta com cachaça”; “agora nas festas pode comprar roupa e levar presente”.

Na cadeia produtiva da pesca é notória a situação precária de legitimação das mulheres como profissionais da pesca artesanal, isto se evidencia nos espaços de poder e participação política. Por exemplo: nas 11 Colônias de Pescadores pesquisadas no litoral de Pernambuco, apenas uma Colônia é presidida por mulheres. Vale ressaltar que no total de 31 Colônias de Pescadores em Pernambuco, apenas cinco⁹ são presididas por mulheres, e se trata de avanços recentes porque quatro delas foram eleitas no século XXI.

No que se refere à participação das mulheres nos movimentos sociais da pesca artesanal, (MANESCHY, ALENCAR e NASCIMENTO, 1995, p. 82) afirma que “rever, questionar e criticar o

na primeira visita a comunidade de Brasília Teimosa para iniciar um projeto da SPM/BR, as pescadoras ofereceram 6 quilos de siri beneficiado, por um total de R\$18,00 dezoito reais, vale ressaltar que o preço de um quilo nos supermercados era de aproximadamente R\$15,00. Outra situação vivenciada em Fortaleza na praia do Mucuripe, um pescador estava com um peixe fresco grande e queria vender por R\$ 60,00 sessenta reais, os feirantes só queriam pagar R\$ 43,00 quarenta e três reais, no restaurante em frente a feira do peixe nós havíamos consumido naquela semana uma peixada com apenas uma posta de peixe por este valor. Vale ressaltar que o produto perecível os/as tornam muito mais vulneráveis a estes atravessadores.

⁸Afastam-se turistas e veranistas e a situação se agrava no período entre de abril e agosto, quando as precipitações pluviométricas contribuem na baixa salinidade das zonas estuarinas, em muitas áreas é praticamente impossível extrair qualquer tipo de molusco durante estes meses, mesmo para a subsistência.

⁹ Itapissuma, Ponta de Pedras, Atapuz, São José da Coroa Grande e Tamandaré.

padrão de relações de gênero e o papel secundário das atribuições femininas é, portanto, tocar em visões de mundo e em atitudes muito arraigadas”.

As autoras questionam a invisibilidade da pescadora na cadeia produtiva da pesca, considerando que elas geralmente aprenderam a arte de pescar com suas mães e, geralmente são elas quem transmite o conhecimento e a familiaridade com a atividade pesqueira as novas gerações, na medida em que necessitam levá-los muitas vezes as suas atividades laborais, na ausência de creches nestas comunidades. (MANESCHY, 1995, p. 86).

A fragilidade social das mulheres profissionais desta cadeia produtiva tem influenciado nas decisões das pescadoras em se organizarem em movimentos sociais de resistência. O que representa uma mudança de paradigma em relação à imagem criada historicamente das pescadoras, que geralmente é compartilhada inclusive por elas mesmas, como “ajudantes” ou “dependentes”, atribuindo-lhes menor valor. Elas atuam em regime de economia familiar, realizando, na maioria das vezes, as atividades de tecer redes, beneficiar o pescado, catar mariscos, coletar e cultivar algas, pescar nos mangues e algumas vezes comercializar o produto nas praias. Pese a esta intensa participação laboral, este trabalho muitas vezes é caracterizado na condição de “ajuda”.

Isto porque o conceito de gênero socialmente construído naturaliza a maternidade e o cuidado nas atividades de reprodução social, como ações inerentes as mulheres¹⁰. Sobre o tema SORJ (2010:57), afirma que “as desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família”. Para a autora, cuidado é:

(...) um termo usado para referir-se a um conjunto de atividades diversificadas envolvidas no cuidado dos outros e pode assumir a forma de trabalho não pago, dedicado aos membros da família, ou de trabalho pago feito para outros. Concretamente essas atividades incluem cuidar das crianças, idosos, doentes, deficientes, bem como realizar tarefas domésticas como limpar, arrumar, lavar, passar, cozinhar etc. (SORJ, 2010, p.58)

Relacionado à sobrecarga nas mulheres de atribuições que envolvem as atividades de reprodução social, SUÁREZ e LIBARDONI, na pesquisa sobre O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres , explicam que:

O cumprimento das condicionalidades envolve principalmente as mulheres que recebem o benefício, em virtude da figura do marido ou companheiro estar ausente em muitos deles. Além disso, a presença do cônjuge, na maioria dos grupos domésticos, não influi muito quanto ao cumprimento das condicionalidades porque a postura da mãe pesa mais do que a do pai na tomada de decisões referentes à educação, saúde e tudo que tenha a ver com os filhos. Sozinhas ou acompanhadas, a feminilidade das mulheres entrevistadas se firma na maternagem, entendida como o desempenho do papel de cuidar de crianças, seja na qualidade de mãe, seja na de mãe substituta. (SUÁREZ e LIBARDONI, 2007, p.124).

Neste contexto a teoria das representações sociais, nos instrumentaliza a compreender o lugar que é atribuído às mulheres na pesca artesanal. Moscovici afirma que todas as pessoas enxergam o que as convenções, a cultura, a memória social e histórica permitem ver, e que não estaremos nunca livres de todos os preconceitos. (MOSCOVICI, 2009, p.40)

¹⁰Numa reunião em Itapissuma em 11 de março de 2009, foi solicitado a um grupo de aproximadamente 100 mulheres, que elas se apresentassem, elas se identificaram com o nome, o endereço de onde residiam e a quantidade de filhos e netos. Uma mulher se identificou com nome e endereço e complementou afirmando nunca haver tipo filhos. Não foi sugerido este tipo de informação na apresentação.

Pensar, refletir, debater sobre o lugar das mulheres como sujeitos sociais na pesca artesanal brasileira, nos conduz a reflexões teóricas que dialoga com a imagem socialmente construída e a possibilidade de discurso legitimado numa sociedade que cristaliza as desigualdades sociais. Moscovici afirma que:

De modo geral, minhas observações provam que dar nome a uma pessoa ou coisa é precipitá-la (como uma solução química é precipitada) e que as características daí resultantes são tríplexes: a) uma vez nomeada, a pessoa ou coisa pode ser descrita e adquire certas características, tendências etc.; b) a pessoa, ou coisa, torna-se distinta de outras pessoas ou objetos, através dessas características e tendências; c) a pessoa ou coisa torna-se o objeto de uma convenção entre os que adotam e partilham a mesma convenção (MOSCOVICI, 2009, p.67).

Sobre o discurso e legitimidade, FOUCAULT destaca que:

En toda sociedad la producción del discurso está a la vez controlada, seleccionada y redistribuida por cierto número de procedimientos, que tienen por función conjurar los poderes y peligros, dominar el acontecimiento aleatorio y esquivar su pesada y temible materialidad (1987:11).

No diálogo com os autores acima citados, resgatamos a letra da música¹¹, que se constitui em palavra de ordem no cotidiano de luta do movimento social Articulação das Pescadoras de Pernambuco e que atribui à mulher um espaço de poder, geralmente invisibilizado nas relações de gênero e trabalho na pesca artesanal de Pernambuco:

Agora chegou a vez de mostrar mulher pescadora também chega lá.
Norte ao Sul do nosso país, estamos aqui, só porque Deus quis.
Mulher pescadora tem valor, e os nossos direitos não é um favor.

Para mudar a sociedade, do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher.
Sem a mulher a pesca sai pela metade.
Participando sem medo de ser mulher
Buscamos junto direito de igualdade.
Participando sem medo de ser mulher
Pra preservar meio ambiente, do jeito que a gente quer.
Participando sem medo de ser mulher
Pra fazer a pesca boa, do jeito que a gente quer.
Participando sem medo de ser mulher.

¹¹ A letra da música cantada pelas pescadoras nos momentos de exaltação da luta das mulheres pelos direitos sociais inicia a partir de analogia a composição de: Benito Di Paula *Mulher Brasileira*.

Agora chegou a vez, vou cantar
Mulher brasileira em primeiro lugar
Agora chegou a vez, vou cantar
Mulher brasileira em primeiro lugar
Norte a sul do meu Brasil
Caminha sambando quem não viu
Mulher de verdade, sim, senhor
Mulher brasileira é feita de amor

Nesta música, cuja letra está adaptada, é relevante a concepção de que a pescadora conseguirá se projetar na sociedade, que elas têm valor e que a conquista dos direitos não é uma dádiva. O texto relaciona a mudança de acessibilidade das mulheres aos direitos sociais ao exercício da cidadania, à participação e à construção da igualdade de gênero.

3 - Considerações finais

Nas suas narrativas ficou evidenciada a condição de exclusão social deste grupo social, habitantes, muitas vezes, em localidades sem infraestrutura, com dificuldades na rentabilidade do trabalho da pesca. No entanto, ao ouvir as pescadoras sobre o recebimento do benefício, com condicionalidades, são evidenciados alguns traços de como o impacto do recebimento do benefício é marcante e importante para as comunidades e famílias das pescadoras beneficiárias, principalmente na alimentação, na vida escolar das crianças e na saúde de gestantes e recém-nascidos.

As pescadoras insistiram que existe uma demanda por creches, o que é evidenciado na presença das crianças muitas vezes com as mães nas atividades laborais, nos turnos em que não estão na escola. Também foi sinalizado pelas pescadoras que não existe onde deixá-las com segurança e ainda foi apontada que muitas contam com o benefício para pagar reforço escolar.

De modo geral o benefício garante às famílias maior rendimento do que teriam numa intensificação, com as atuais condições, da extração e comercialização dos produtos da pesca, principalmente durante o inverno.

Assim destacamos o papel preponderante do benefício na compra de alimentos. No conjunto de ações relacionadas ao uso do recurso financeiro, havia também citações dispersas relacionadas a outros gastos, essencialmente, com “transporte e deslocamento”, tanto dos filhos, quanto das próprias pescadoras – mesmo para ir receber o benefício no centro da cidade, além de “material escolar”, “remédios”, “óculos”.

As reflexões sobre as relações de gênero e opiniões sobre o Programa Bolsa Família, são muitas e controversas, no que diz respeito ao lugar da mulher a partir do deslocamento da sua situação de coadjuvante para a posição de titular do benefício. Esta mudança vem a empoderar ou cristalizar ainda mais os papéis femininos que a resumem ao espaço socialmente construído e naturalizado de cuidadora da família?

Sobre o tema, é relevante o posicionamento de SUÁREZ e LIBARDONI ao indicar que:

Há fortes indícios de que o benefício vem gerando inquietudes e novas percepções sobre si mesmas nas mulheres, e, teoricamente, também nos homens, já que a mudança de um ator social necessariamente tem repercussões nos outros. Essa mudança na subjetividade individual, em si mesma, é já um grande ganho. (SUÁREZ e LIBARDONI, 2007, p. 147).

Finalizamos com a síntese dos principais problemas apontados pelas entrevistadas em relação à questão do trabalho na pesca: 1 – Baixa produtividade/remuneração do trabalho; 2 – Dificuldades de manutenção das atividades da pesca durante todo o ano; 3 – Precarização do trabalho e necessidades de outros trabalhos complementares ao da pesca; 4 – demanda de formação profissional e aprendizagem; 6 – Parcerias entre instituições públicas nas diferentes instancias – Federal, Estadual, Municipal, na busca de soluções à problemática por elas apresentada.

De modo geral, vale ressaltar que as entrevistadas referiram-se aos custos com os filhos como principais responsáveis pelo gasto do benefício.

Referências

- ABRAMO, Laís. Reflexões sobre o lugar do Estado e das Políticas sociais para o desenvolvimento. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2010, p. 333-349.
- ANANIAS, Patrus. Sobre o dever de mudar a realidade: o papel do Estado na promoção de políticas sociais em um modelo de desenvolvimento integral. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2010, p. 315 – 332.
- ANNAND, Harjit Singh. Capital Social como uma alavanca para acelerar o crescimento econômico durante o colapso econômico. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2010, p. 171 – 214.
- CALDEIRA, Bárbara Maria Santos. A Dimensão do Enfoque de Gênero no Programa Bolsa Família: ranços e avanços na promoção do empoderamento das mulheres nos municípios baianos. In: BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Programa Mulher e Ciência. 3ª Edição 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*, Brasília – DF, 2008, p. 19 – 36.
- CASTRO, Josué. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10a Ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.
- _____. Homens e Caranguejos. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- CRUZ, Luciana Ramirez da. Considerações acerca do programa bolsa família: um olhar sobre as mulheres. Seminário “Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos”, 2010. Disponível em:
http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278273664_ARQUIVO_lucianaramirezdacruz.pdf. Acesso em: 08/06/2011.
- CUNHA, Rosani. Transferência de renda com condicionalidade: a experiência do Bolsa Família. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: MDS; UNESCO, 2009, p. 331 – 361.
- FOUCAULT, Michel. El orden del discurso. 3ª Edição. Barcelona: Tusquets, 1987.
- GALVÃO, Roberto Carlos Simões. Bolsa Família, Educação e Cidadania. Revista Eletrônica de Educação. Ano II, No. 03, ago./dez. 2008. Disponível em:
http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao3/Artigo2.pdf. Acesso em: 08/06/2011.
- HEILBORND, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In *O que ler nas Ciências Sociais (1970-1995)* Sergio Miceli (org.). – 2ª ed. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.
- KLEIN, Carin. Mulher e família no Programa Bolsa-Escola: maternidades veiculadas e instituídas pelos anúncios televisivos. Cad. Pagu, Campinas, n. 29, dez. 2007. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08/06/2011.
- LEITAO, Mª do Rosário de Fátima Andrade, LEITÃO, Ivan Pereira e GOMES, Cícera Mª dos Santos. *Produção Do Conhecimento e Transferência de Renda: Um Levantamento Bibliográfico da Produção Acadêmica Sobre O Programa Bolsa Família*. Recife, EDUFRPE, 2011.
- LUCAS, Luciane and HOFF, Tânia. Formas sutis de dominação hierarquizada: corpo e feminização da pobreza. *Ex aequo*. [online]. 2008, no.17 [cited 08 June 2011], p.133-154. Disponível em
http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-5560begin_of_the_skype_highlighting_0874-5560_end_of_the_skype_highlighting2008000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15/06/2011.

- MAGALHÃES, Edgar Pontes de. Combatendo a Pobreza e enfrentando as vulnerabilidades: desafios para a articulação entre o Programa Bolsa Família e a Proteção Social Básica. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS; UNESCO, 2009, p. 401-423.
- MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna e NASCIMENTO, Ivete Herculano. Pescadoras em busca de cidadania. In A MULHER EXISTE? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia/ organizado por Maria Luzia Miranda Álvares, Maria Ângela D’Incao. Belém, GEPEN, 1995, p. 81 – 96.
- MANESCK, M.C.; MIRANDA ÁLVARES, M. L. Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. Disponível em: http://coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&id=12:mulheres-na-pesca-trabalho-e-lutas-por-reconhecimento-em-diferentes-contextos&tmpl=component&print=1. Acesso em: 27/04/2011.
- MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MELO, Raul da Mota Silveira; DUARTE, Gisléia Benin. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 48, n. 3, Sept. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08/06/2011.
- MENEZES, Francisco. Pobreza e Desigualdade: Avanços e Desafios. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2010, p. 155 – 170.
- OLIVEIRA, B. A; VERARDO, L. Economia Solidária e desenvolvimento. In: FBES (org). Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Caderno de aprofundamento aos debates, 2007. Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=406&Itemid=18. Acesso em 09/12/2011.
- PAES-SOUSA, Rômulo. Desafios das Políticas e programas de desenvolvimento social. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS; UNESCO, 2009, p. 383 – 400.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAMPAIO, Arlete. As políticas de desenvolvimento social no Brasil. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2010, p. 257 – 278.
- SILVA, Anderson Paulino da, BRANDÃO, André e DALT, Salette. Educação e Pobreza: O impacto das condicionalidades do PBF. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. – agosto/dezembro 2009, p. 296-313. Disponível em http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n8/numero8-05_educacao_e_pobreza_o_impacto_das_condicionalidades_do_programa_bolsa_familia.pdf. Acesso em 08/06/2011.
- SILVA, José Graziano da. Segurança Alimentar: uma construção comunitária. In Fome zero- textos fundamentais/ Frei Beto (org). Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 13 – 20.
- SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo. Albertina Costa; Maria Betânia Ávila; Vera Soares e Verônica Ferreira (Organizadoras) – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para Democracia, 2010, p 57 - 65.

Suárez, M.; Libardoni, M. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In VAITSMAN, Jeni (Org.); PAES-SOUSA, Rômulo (Org.). Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: bolsa família e assistência social. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007. v. 2. 412 p. pp. 119- 160.

VIEIRA, Ana. Sistemas de informação e de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS; UNESCO, 2